

Jornal Pessoal

A AGENDA AMAZÔNICA DE LÚCIO FLÁVIO PINTO
OUTUBRO DE 2006 • 2ª QUINZENA • Nº 378 • ANO XX • R\$ 3,00

DIAS ESTÃO CONTADOS
PARA GRUPO LIBERAL?

PÁGINA 9

CVRD: A GIGANTE
COM PÉS DE BARRO

PÁGINAS 6/7



ELEIÇÃO

Ana Júlia ganhou. E daí?

Chega ao fim o reinado de 12 anos dos tucanos no governo do Pará. O povo preferiu a mudança, ainda que não saiba em quê ela consiste e como fazer para alcançá-la. Provavelmente nem a candidata vitoriosa sabe. O governo do Estado, fora da realidade local, se tornou um poder decorativo diante de tantos desafios graves que o Pará dos nossos dias impõe.

Anova governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, do PT, não se mostrou qualificada a comandar a mudança no Estado, pelo qual se elegeu, com quase 55% dos votos válidos no 2º turno. Para os observadores mais atentos da campanha, ficou a impressão de que a senadora nem sabe exatamente por que a mudança é necessária nem como fazê-la. Ela foi a vencedora, a despeito de sua fraqueza, graças a várias

circunstâncias, que independeram dos seus méritos, todos componentes secundários na personalidade de quem passa a ter diante de si tantos desafios: a simpatia, o carisma, a energia; mas não a profundidade, o conhecimento de causa, o discernimento, a capacidade de mando.

Além de se beneficiar do efeito positivo do populismo de novo tipo de Lula (que obtém dividendos políticos pela via indireta dos resultados econô-

nicos), enfatizados nas regiões menos desenvolvidas e entre a população mais pobre, Ana Júlia foi favorecido por um lance de sagacidade do seu principal aliado, o deputado federal Jader Barbalho, do PMDB, e pelos erros do PSDB, um partido sem vértebra decisória, que se submeteu à auto-escolha daquele que por primeiro deu um murro na mesa para assegurar sua vontade: o ex-governador Almir Gabriel.

CONTINUA NA PAG 2

A campanha eleitoral também revelou, para surpresa de muitos, que Almir voltou do seu retiro voluntário desatualizado, sem um programa adequado ao Pará dos nossos dias. Se era simplesmente para dar continuidade ao “novo Pará”, que seu sucessor vinha executando, complementando-o com pitadas do populismo, derivado das transferências de renda realizadas mais intensamente pelo governo Lula através de iniciativas como o Bolsa Família (Almir prometeu mais uma série de bolsas), então a tentativa do inédito terceiro mandato como governador, pelo voto direto, não passava de capricho pessoal por parte de uma pessoa com vaidade sem limite.

Se Simão Jatene tentasse a reeleição, o resultado provavelmente seria favorável ao PSDB, que podia ainda eleger Almir para o Senado e encontrar uma boa posição para Mário Couto, que emerge da derrota como um dos mais qualificados pretendentes ao governo entre os tucanos daqui a quatro anos (o que dá uma medida da qualidade da política paraense).

Mas saindo com um candidato exposto a contradições, o flanco de Almir Gabriel foi explorado espertamente por Jader Barbalho. Ele foi diretamente ao Palácio do Planalto montar uma estratégia com o presidente Lula. José Priante sacrificaria uma reeleição certa para a Câmara Federal, a ser compensada no futuro (provavelmente com juros e correção monetária), para tirar do PSDB os votos que lhe dariam a vitória já no 1º turno. Estaria garantida a realização do 2º turno, quando o favoritismo tucano podia ser revertido com uma frente unida contra o prosseguimento de uma hegemonia de 12 anos.

O acordo em torno desse plano foi selado em Brasília, tendo como condição a substituição de Mário Cardoso (deslocado para o Senado) por Ana Júlia Carepa, que Jader considerou muito melhor no voto.

À senadora não restou a alternativa de negar a intimação, que, em outra circunstância, podia recusar. Sua vulnerabilidade era óbvia: depois de pular de mandato em mandato, completando apenas um dos vários que o eleitor lhe conferiu, ela não tinha nenhum trunfo que pudesse qualificá-la para um cargo administrativo ou consistência para enfrentar um debate

mais exigente. A retaguarda peemedebista, com o aval de Lula, entretanto, supriria essa deficiência grave.

A candidatura de Priante surpreendeu a todos, embora os *almiristas* continuassem a subestimá-la. Os números do 1º turno mostraram que, sem ela, mesmo Almir Gabriel teria decidido logo a disputa. Para o 2º turno, a transferência desses votos foi fatal para os tucanos: a diferença entre Ana Júlia e Almir, de 300 mil votos, correspondeu exatamente à votação de Jader para deputado federal, a maior do PMDB em todo país e a segunda, proporcionalmente, entre todos os candidatos à Câmara.

À sombra, como é o seu estilo atual, o ex-senador foi tão cumprimentado e festejado quanto a vencedora à frente dos holofotes. Os tucanos bateram insistentemente nessa tecla durante toda a campanha, acreditando que o efeito seria devastador para os petistas, flagrados numa aliança espúria e num ato lesivo aos interesses do Estado.

O eleitor não partilhou essa convicção. Parece ter repetido o recado da eleição anterior: quer que o ex-governador fique à distância do controle do governo estadual, onde sua presença é majoritariamente considerada nociva, mas não quer arquivá-lo como seu representante político. Num Estado tão carente de líderes e anêmico de lideranças de expressão nacional, Jader é uma exceção. Ainda que seja caro o preço de mantê-lo em atividade.

O ex-ministro retribuiu a essa leniência popular fazendo a penitência que cabe a um político profissional no âmbito da democracia brasileira: concebeu e executou um estratagema eleitoral eficaz, ressurgindo das cinzas, nas quais se tem mantido desde que escapou, pelas portas dos fundos do Senado, à punição que o aguardava (e apressadamente sepultado pelo seu maior inimigo, o jornal *O Liberal*. Sem ele, certamente os tucanos já estariam se preparando para começar o 13º ano

seguido no controle do governo do Estado, com perspectiva de chegar a 16 ou a 20 anos, como nenhum grupo político foi capaz no Pará.

Mas o que é o *almirismo*, ou o *jateneísmo*, ou mesmo o *barbalhismo*, senão respostas organizadas aos miasmas do Pará, acomodações à sua patogenicidade colonial? Essa é a fauna acompanhante da realidade, uma realidade extremamente complexa, que dela tira proveito, que a ela serve de cenário, moldura ou biombo, sem poder criador, transformador ou mesmo de compreensão. Quem confrontar a pauta desenvolvida em três meses de campanha eleitoral com a agenda real do Pará nesse período verificará, sem muito esforço, o descompasso entre elas.

Enquanto Ana Júlia Carepa e Almir Gabriel tricotavam quinquilharias e abobrinhas, em debates melancólicos,

exasperantes e desanimadores, dividindo dados incorretos e interpretações distorcidas, no final da campanha, Roger Agnelli, presidente da CVRD, a empresa que responde por 70% do comércio exterior do Pará e fatura muito mais do que o Estado no qual atua, fazia um lance de compra no



Canadá em valor equivalente a duas vezes o PIB do Estado, tendo como base material para esse negócio, o maior já feito por uma corporação privada latino-americana, duas jazidas de níquel do subsolo paraense.

Nenhuma palavra a respeito foi dita pelos candidatos. Nada de aproveitável sobre algumas das pendências e impasses que realmente podem decidir o presente e o futuro do Estado. E nada que pudesse ser levado em conta pelos atores que realmente participam dessas decisões. Assim, não importa quem esteja no comando do governo do Pará se seu mando não se estende além desse cubículo a que se restringe a administração estadual, incapaz de se expor lá fora, onde pulsa a vida real.

O poder, no Pará, é uma miragem. E como dói na parede.

O fim de Almir Gabriel: um castigo merecido?

Quatro anos atrás, Almir Gabriel anunciou seu candidato à própria sucessão. Depois de oito anos seguidos como governador do Pará, um feito que o instituto da reeleição lhe conferiu (e do qual nenhum outro chefe do poder executivo pôde usufruir), escolhia um nome do peito, de absoluta confiança pessoal: seria seu principal secretário e auxiliar, o economista Simão Jatene, o ideólogo do tucanato paraense.

Nessa época, em meados de 2002, o governo garantia que seus índices de aprovação popular estavam próximos de 90%. Almir Gabriel confiava em poder transferir de 30% a 40% de sua popularidade para o seu candidato e assim elegê-lo, ainda que – eleitoralmente falando – o simpático Simão Jatene fosse então pouco mais do que um poste.

Em entrevista ao programa Sem Censura, da TV Cultura, que escolheu para fazer o anúncio do novo príncipe, e reproduzida no jornal *O Paraense*, criado para apoiar o herdeiro, Almir proclamou, com todas as letras superlativas:

“Eu tive quase um milhão de votos. Nunca nenhuma pessoa teve no Pará tantos votos como eu tive. Eu considero da minha responsabilidade poder comandar o processo sucessório do Estado do Pará. Por um lado por causa dessa autoridade moral e autoridade político-administrativa, e, por outro lado, pela autoridade política. Eu tive o maior número de votos que qualquer pessoa teve neste Estado. Eu considero que o plano do Estado é para ser levado adiante, o plano ao qual eu estou umbilicalmente ligado, para o bem da nossa gente”.

E acrescentou, fulminante, a partir do trono do executivo, encantado pela conjugação do verbo poder na primeira pessoa do singular:

“Foram quatro vitórias, duas vitórias para o governo do Estado e duas vitórias nas campanhas municipais. Nós ganhamos na maioria das prefeituras nas campanhas municipais. Hoje nós estamos com 118 municípios dentro da União pelo Pará. Ganhei a primeira e a segunda disputa pelo governo do Estado em 1994 e 1998 e vamos ter a quinta que vai ser a do final deste ano. **Eu considero importante que eu prossiga**, exatamente porque a minha visão é que este Estado precisa continuar no mesmo projeto. Não é ter continuísmo, é ter continuidade de projeto, principalmente na área da produção. Nós só vamos melhorar a renda, a quantidade de emprego, o acesso das pessoas a um patamar melhor de vida na medida em que soubermos aproveitar

melhor nossos bens naturais, nossa terra, nossa chuva, nosso sol, nossos meios de transporte. Por isso, a produção me parece que é a mais significativa e a mais importante de todas as ações. Não quero dizer que abandone o social, não quero dizer com isso que abandone a infraestrutura, mas a produção tem que ser o carro puxador do conjunto”.

Entregue a tábua das leis e suficientemente assinalado quem a concebeu e cunhou, passou o cetro ao sucessor, embora não pela via da decisão rápida, no 1º turno, como pretendia. Foi preciso sofrer até o 2º turno, mesmo diante de uma candidata de pouca expressão, como a atual prefeita de Santarém, Maria do Carmo Martins. Os atropelos, porém, foram transferidos aos ombros largos do candidato – afinal, eleitoralmente, um poste.

O ex-governador acabou não dedicando mais do que uns pares de dias ao que seria a sua dedicação durante o ócio com dignidade. O orquidário do Coqueiro não tinha a feição de uma Colombeyles-deux-Églises, a residência campestre na qual outro personagem histórico, o general Charles de Gaulle, se isolou depois de destronado do poder na França, apesar de sua aura de herói da Segunda Guerra Mundial.

Almir não esperou pelo chamado dos paraenses para recolocar-se no ringue político: a reaproximação de Simão Jatene a Jader Barbalho, ao qual servira durante seis anos, entre o governo do Estado, o Ministério da Reforma Agrária e a pasta da Previdência Social, o colocou em alerta. Deixou de lado as orquídeas mal cuidadas e foi tratar da horta do poder.

Como aqueles personagens que só vêm perspectiva de futuro apagando os rastros do passado, muitos deles enlameados, o doutor Almir execrou o passo dado por seu pupilo, restabelecendo a ponte para o carcomido, o ignóbil, o homem maculado, mas sem o qual um político destituído de magnetismo popular – como Almir – jamais teria dado, com seus próprios pés, os passos que o levaram ao cargo público mais alto, qualquer que seja o mérito dessa trajetória.

No círculo mais íntimo dos *almiristas*, Simão Jatene passou a ser tratado como o réprobo, o traidor. Essas ondas reprovadoras chegaram ao Palácio dos Despachos e o governador se submeteu a elas, desfazendo o caminho percorrido. Com isso, Simão Jatene começou a recuar também no intento que parecia óbvio diante da existência dessa aberração

republicana recente no Brasil: a reeleição.

Aos poucos o seu antecessor constituiu um autêntico governo paralelo, aproveitando-se ainda de duas características de Jatene: a inaptidão para a prática de alguns dos ritos do poder, sobretudo o atendimento pessoal aos parceiros e vassallos, e a consciência de que não teria dado um salto, indo – em um único impulso – de zero a 80 na carreira política, sem o suporte da máquina oficial, comandada com mão de ferro por Almir.

Ao permanecer no cargo até o final do mandato para poder eleger seu sucessor (do contrário o risco seria muito alto) e não se candidatar à eleição seguinte, para a prefeitura de Belém, parecia que realmente Almir Gabriel estava sendo coerente: o que importava era o projeto do “Novo Pará” e não quem estivesse à frente dele.

O mais capacitado, nesse caso, era mesmo Simão Jatene. Afinal, mais do que Almir, ele podia ser identificado como o principal formulador dessa empreitada, uma combinação de técnicas de propaganda com obras de infraestrutura, ambas mudando significativamente a superfície da história sem, contudo, nela penetrar. Muita espuma para pouca água. Muita zoada para pouco mel. Crescimento sem desenvolvimento. Riqueza e pobreza. Opulência e marginalidade. Combinações de um liberalismo sempre à sombra da casa-grande, concebido com retórica azeitada para usufruto concentrado.

Quando, sem consultar as partes, Almir emergiu de vez das sombras pronto para ser o candidato, sem admitir contestações, o projeto de Estado se transformou num delírio de poder pessoal. Desde então, uma sucessão de erros levou ao desfecho melancólico, culminando com detalhes de alto valor simbólico. A história foi caprichosa ao preparar o cenário para o eclipse político de Almir José de Oliveira Gabriel.

Suas últimas aparições no horário da propaganda eleitoral e dos debates pela televisão foram patéticos. O homem de expressão fluente se atrapalhava na leitura de textos preparados por sua assessoria. Quando precisava improvisar, seu raciocínio era lento e claudicante. Diante de uma adversária frágil e primária, com a defesa vulnerável, seus golpes não tinham força.

O eleitor acabou optando pela prometida mudança, convencido não pela retórica vazia da senadora Ana Júlia Carepa,

CONTINUA NA PAG 4

mas pelo anacronismo do seu adversário. Sua presença física era o atestado do envelhecimento do PSDB (não podia tê-lo mandado para o Senado ou lhe imposto a aposentadoria?) e do esgotamento do seu discurso (o Pará rico cai pelas tabelas no ranking nacional de desenvolvimento, com indicadores sociais negativos).

As urnas dizem que é melhor arriscar no desconhecido, mesmo que venha a se revelar frustrante, do que aceitar o risco de uma crise iminente, que transparece na imagem do ex-governador. Almir Gabriel. Ele foi vítima do mesmo erro que ajudou a selar, 20 anos atrás, quando carimbou a aposentadoria de Jarbas Passarinho. Pagou caro por esse privilégio. O feitiço fulminou o feiticeiro.

O fim de Passarinho

Quando o senador Jarbas Passarinho chegou a Belém em 1994 para participar da campanha para o governo contra Almir Gabriel, fui visitá-lo no escritório do seu sobrinho, Ronaldo Passarinho. Fiquei impressionado: o estado clínico do ex-governador era de depressão, visível, grave.

Acompanhando-o depois pela televisão, percebi que sua condição psicológica piorara quando não definiu a parada no 1º turno, embora à frente do candidato do PSDB. O sucesso do Plano Real devastara o campo dos adversários do governo federal em todo país. No Pará, o abulismo de Passarinho, irreconhecível, tinha outra explicação: ele estava numa camisa-de-força como candidato de Jader Barbalho, negando a si e à sua história. Pagava um preço alto demais pela gentileza do seu ex-inimigo de oito anos antes, quando mandara cuidar de sua esposa, Ruth, gravemente enferma, e o elegera senador (como fizera com o próprio Almir Gabriel).

No início do 2º turno voltei a me encontrar com Passarinho, já então no comitê da sua campanha (onde hoje está a casa de recepção de Maria Clara). A conversa foi a dois, a porta fechada, admitindo-se sinceridade total entre dois contendores de longa data. Saí dali convencido de que, mais do que o Plano Real e de Almir Gabriel, quem derrotara fragorosamente um dos principais políticos gestados pelo regime militar depois do golpe de 1964 foi o próprio Passarinho. Ele sabia que estava se violentando e servindo de instrumento. Mas já não podia fazer nada para afastar de si esse cálice amargo. Bebê-lo era o ato final da sua carreira.

Hospital Sarah está em terreno da Enasa

O terreno no qual foi construído o Hospital Sarah de Belém está cadastrado na Gerência Regional do Patrimônio da União em nome da Empresa de Navegação da Amazônia S/A (Enasa), com as taxas de ocupação de terreno da marinha em dia. A transferência desse terreno para o Estado do Pará não foi concluída “por falta de peças técnicas que permitiriam caracterizar perfeitamente a área a ser transferida”.

Em 11 de março do ano passado a GRPU notificou a Enasa sobre o fato, mas até 28 de julho de 2005, quando prestou informações ao Ministério Público Federal, a pedido do MPF, não recebera resposta. Também não recebeu qualquer tipo de solicitação para a construção do hospital nessa área.

A Enasa, que era uma empresa federal, foi estadualizada na administração Almir Gabriel. Depois de uma rápida tentativa de reativação, foi submetida a um processo de liquidação, ainda não encerrado. O problema é: a transferência do imóvel da Enasa para o Hospital Sarah foi realizada legalmente? A resposta parece ser não.

Existe apenas o termo de cessão de uso entre o Estado do Pará e a Associação das Pioneiras Sociais, responsável pelo Sarah, referente ao terreno para instalação do hospital. Mas não há nenhum documento sobre o momento anterior, a passagem da área da Enasa para o governo. O governo do Estado é o controlador da empresa de navegação, mas a venda, doação ou qualquer outra forma de transferência precisa ser efetuada conforme as exigências legais. Se tal não existe, tudo o mais deixa também de existir em função desse pressuposto. O hospital, dessa maneira, não foi apenas construído num local inadequado, mas em área que não lhe pertence nem lhe foi delegada regularmente.

E tem mais. A Secretaria Municipal de Urbanismo, órgão responsável pela expedição dos alvarás de construção e habilitação e do projeto do hospital, disse à Procuradoria Regional da República, no procedimento instaurado no ano passado para apurar as denúncias feitas sobre o hospital, que não lavrou auto de infração e notificação porque, quando foi ao local, a equipe de fiscalização encontrou a obra concluída. Já o processo de licenciamento, submetido à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, não foi concluído.

Apesar de a construção do hospital ser financiada integralmente com recursos federais, a Secretaria de Controle Exter-

no do Tribunal de Contas da União comunicou ao MPF que não tramitava na época da consulta (agosto de 2005) “processo específico” sobre a realização da obra. Disse também que, tendo em vista a necessidade de obter informações sobre a aplicação dos recursos da União, “promoveu diligência ao Ministério da Saúde e ao Governo do Estado do Pará para detalhes acerca do investimento”. Também disse que encaminhou o questionamento à 4ª Secretaria de Controle Externo (Secex) do Tribunal de Contas da União, em Brasília.

Em abril deste ano a secretaria disse que as contas da Rede Sarah/Associação das Pioneiras Sociais referentes a 2004 e 2005 não haviam sido apreciadas pelo TCU. A Secex também disse que recebeu informações da Associação das Pioneiras Sociais de que: a) os recursos utilizados na obra do hospital são provenientes de dotação consignada anualmente no Orçamento da União; b) a obra foi aprovada tanto pela prefeitura quanto pelo Corpo de Bombeiros; e, c) que a continuação da obra depende da aprovação do Orçamento. Por fim, a Secex disse que será investigado qualquer indício de irregularidade sobre a obra que chegar ao conhecimento do TCU.

No entanto, no início de 2002, quando lançou a candidatura do seu secretário especial, Simão Jatene, como seu sucessor, Almir Gabriel declarou numa entrevista à TV Cultura, reproduzida pelo jornal *O Paraense*, criado para apoiá-lo:

“Nós já estamos batalhando essa questão do Sarah há bastante tempo. Sou inclusive membro do Conselho do Sarah. Essa negociação vinha acontecendo com muita dificuldade, mas agora já está resolvida. O Sarah vai ser construído em Belém em um terreno da Enasa, sendo uma extensão de mais de 5 mil metros quadrados de área construída. Será um posto avançado. **Para tanto, o ministro José Serra já liberou R\$ 5 milhões para compra de equipamentos**, nós conseguimos incluir no orçamento do ano que vem com uma participação boa da nossa bancada, particularmente dos deputados Anivaldo Vale e Giovanni Queiroz, mais recursos para a construção do Sarah. **O Sarah vai sair com certeza absoluta e eu espero inaugurá-lo ainda no meu governo**”.

O governador que fez, que fez e que fará ficou só na promessa. O candidato a repetiu, já agora sustentando o compromisso com inverdades. Para dizer o mínimo.

Carajás: os índios e a mineradora

No final da década de 70 a Companhia Vale do Rio Doce decidiu implantar uma mina de ferro em Carajás, no centro-sul do Pará, a mais de 800 quilômetros do litoral. O projeto exigiria 3,5 bilhões de dólares. Havia ceticismo quanto à sua viabilidade. Afinal, a maior siderúrgica do mundo, a americana United States Steel, se retirara da sociedade com a então estatal. O papel da USS no empreendimento era justamente abrir o mercado americano, até então fechado ao minério brasileiro, para que ele absorvesse grande parte da produção de Carajás.

A mina só se consolidou quando o Banco Mundial aprovou um empréstimo para a CVRD. O valor, de US\$ 300 milhões, nem era expressivo: ficava abaixo de 10% do total do investimento. Mas significava a bênção do BIRD, vencendo resistências e descrenças da comunidade financeira e econômica internacional.

Antes de liberar o dinheiro, o banco fez uma exigência: a Vale devia aplicar recursos na proteção das comunidades indígenas situadas na área de influência da ferrovia que levaria o minério até o porto da Ponta da Madeira, na ilha de São Luís. O projeto da mineradora simplesmente se esquecera deles.

Não era uma omissão voluntária: ela se repetia no Polonoroeste, em Rondônia. Mais uma vez, foi o BIRD que obrigou a inclusão de um capítulo sobre os índios, ignorados pelas autoridades do país. Pelo menos no papel e para efeito de imagem, a lacuna foi preenchida.

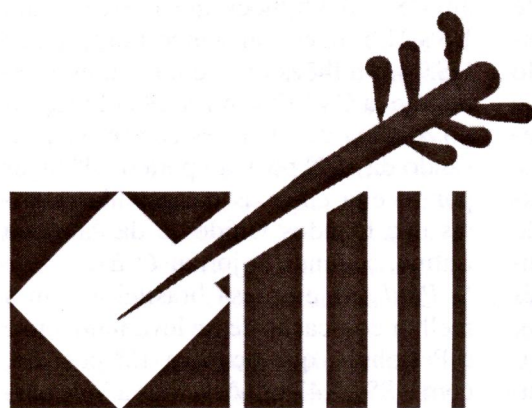
No eixo de Carajás, onde há uma população de 3 milhões de pessoas, a CVRD presta algum tipo de assistência a 3,5 mil índios (0,1% do total). Mas a relação com as partes está longe de ser risonha e franca. No dia 17, 200 índios Xikrin de duas aldeias próximas, Cateté e Djudjêkô, que congregam mais de 800 habitantes em uma área de 440 mil hectares, irromperam no alto da serra armados e pintados para a guerra.

Durante dois dias interromperam os embarques de minério: 500 mil toneladas deixaram de seguir para o exterior, causando à empresa prejuízo de 15 milhões de dólares. Quinze usinas de ferro-gusa que funcionam à margem da ferrovia, produzindo 3,5 milhões de toneladas, também ficaram sem sua matéria prima.

Os principais danos, porém, não podiam ser facilmente transformados em números. Num momento em que os preços do minério de ferro estão excepcionalmente altos e a oferta mal dá conta da demanda, com uma competitividade acirrada entre vendedores, não permiti-

ndo a formação de estoques seguros, o incidente põe em xeque o domínio da CVRD sobre a logística do Sistema Norte. Um dos segredos fundamentais do negócio é o cumprimento de contratos de longo prazo, que a Vale tem seguido com rara pontualidade.

Problemas trabalhistas na área de Carajás têm sido reduzidos e localizados. A frequência maior é de conflitos com índios, posseiros e garimpeiros, o mundo em torno do enclave da mineração e suas extensões diretas. O controle sobre esse setor depende também – ou, sobretudo – do governo. Quando a CVRD era estatal havia certa simbiose entre os dois per-



sonagens. Agora, eles têm delineamentos distintos. Não podem mais se confundir, sob pena de criarem uma promiscuidade nociva ao interesse público.

A Vale, nessas circunstâncias, alega sempre que cumpre a sua parte. Esgotados os recursos que destinou aos índios por imposição do Banco Mundial, seus investimentos nesse segmento se tornaram voluntários, uma liberalidade. A empresa garante que tem cumprido integralmente o contrato assinado com os Xikrin, com intermediação da Funai (Fundação Nacional do Índio), no valor de nove milhões de reais por ano.

O valor, que dá quase R\$ 800 mil mensais, não é insignificante. Possibilita um razoável programa de fomento nas aldeias. Mas é insuficiente para sustentar um custeio crescente dos índios. A segunda ocupação da mina de Carajás não foi, segundo as versões correntes, para suplementar o projeto de manejo florestal conduzido na área (sem bons resultados) nem qualquer outra obra comunitária, mas para quitar a dívida na quitanda da compra de comida e bebida (entre 1 milhão e 2 milhões de reais). Como acontece com os índios que têm acesso a uma fonte de renda regular e razoável, que independe de seu traba-

lho, o consumismo se espalhou pela tribo, como já ocorrera – em escala menor – com os Gaviões.

Os Gaviões se tornaram o primeiro grupo indígena brasileiro a ingressar no sistema financeiro, graças ao dinheiro recebido como indenização pela passagem, através da reserva Mãe Maria, às proximidades de Marabá, da linha de transmissão de energia da hidrelétrica de Tucuruí e da ferrovia de Carajás. Mas eles se mostraram menos dependentes dessa verba do que os Xikrin.

Essa diferença talvez se deva ao fato de que realmente a Vale não tem a obrigação legal de ressarcimento em relação a eles. A mineração é apenas limítrofe da reserva indígena, não se confundindo com ela. É claro que a atividade produtiva repercute sobre a área e a vida dos Xikrin, mas a empresa tem razão, sob esse ponto de vista, quando argumenta que a situação seria muito pior com outro tipo de atividade. A Vale mantém a maior área verde da região (e a única contígua), exercendo sua influência sobre 1,2 milhão de hectares. Ao redor, o desmatamento é crescente, devastador.

Além disso, o dinheiro recebido serve mais para os índios se aproximarem das frentes econômicas e para incorporar seus costumes do que para preservar sua identidade étnica e cultural. Logo, evidencia-se a necessidade de uma intermediação mais convincente entre a empresa e os Xikrin. Simplesmente destinar mais dinheiro aos índios pode não resolver ou atenuar o problema. Ao contrário, é capaz de agravá-lo ou torná-lo definitivamente insolúvel.

A ligação, o acompanhamento e o controle deviam ser desempenhados pela Funai, mas a instituição não tem cumprido esse papel. Não será de surpreender que essa antiga função tenha sido ultrapassada pela dinâmica humana. De qualquer maneira, porém, a situação atual é pior, com tendência a se agravar. A empresa pode adotar mecanismos mais rigorosos de prevenção e proteção contra a repetição do incidente. Num comunicado, a Vale insinuou que irá buscar ressarcimento para seus “pesados prejuízos”. Já os índios podem se sentir estimulados a seguir o mesmo caminho, em sentido oposto, ainda que sem fundamentação legal e nenhuma legitimidade, praticando uma “chantagem”, conforme a empresa a definiu. A causa pode não ser justa, mas o cenário cria pretextos para o drama.

CVRD multinacional no Canadá:

A compra da mineradora canadense Inco pela mineradora brasileira CVRD beneficiou o Canadá. Foi o que o ministro da indústria daquele país declarou no dia 19, ao final da análise dos documentos sobre o negócio, que resultou na aprovação da operação, de acordo com o *Investment Canada Acted*. O governo canadense levou mais tempo do que os acionistas da Inco para dar o seu referendo. E só o fez depois de estabelecer uma série de condições à Companhia Vale do Rio Doce. A empresa brasileira se comprometeu a atender a todas elas, mesmo porque não tinha alternativa.

Segundo essas exigências, a Vale não sujeitará suas operações canadenses a uma redução de pessoal por pelo menos três anos e o número total de empregos nessas operações não poderá ser inferior a 85% dos níveis atuais. Os investimentos no Canadá serão expandidos em diversas áreas, incluindo exploração, pesquisa e desenvolvimento, também pelo mesmo período de três anos. Haverá programas de qualificação de aprendizes nativos (os aborígenes), de estágio e recrutamento, de educação e de treinamento. E também mais recursos para preservação ambiental no Canadá. Será como se nada tivesse mudado em Sudbury, no Estado de Ontário, e Thompson, em Manitoba, onde a Inco tem suas minas.

A oferta de compra da Vale, apresentada no dia 11 de agosto, era tão boa que duas concorrentes, a americana Phelps Dodge e a canadense Teck Cominco, se afastaram quase imediatamente. A proposta de aquisição de todas as ações ordinárias da mineradora, porém, só seria consumada se conseguisse a adesão dos detentores de ao menos dois terços das ações ordinárias (com direito a voto).

Logo, os controladores de 75,66% das quase 175 milhões de ações ordinárias se prontificaram a negociar seus papéis, recebendo 86 dólares canadenses por cada ação, com ganho de 13,3 bilhões de dólares. Os possuidores das ações ordinárias restantes que seguirem o mesmo caminho ficarão com outros US\$ 4,5 bilhões, dinheiro que será pago praticamente à vista, de uma só vez, com prazo de adesão até o dia 3. No total, serão US\$ 18,5 bilhões (mais de 40 bilhões de reais, o dobro do PIB do Pará)

Graças a essa irrecusável proposta, a Vale se tornou a autora da maior aquisição já realizada por uma empresa privada latino-americana no mercado mun-

dial e controladora integral da Inco, que é a segunda maior produtora de níquel do mundo e a primeira em reservas, com 7,8 milhões de toneladas de níquel contido e jazidas no Canadá, na Oceania e na Indonésia.

Os números decorrentes dessa audaciosa investida são impressionantes, tanto pelo seu valor em si quanto pela repercussão que lhes foi dada pela grande imprensa nacional. De quarta maior mineradora do mundo, a Vale é agora a segunda maior, atrás apenas da anglo-australiana BHP Billiton.

A consultoria financeira Economática estimou o faturamento anual da Vale em US\$ 16,4 bilhões, que crescerá para US\$ 21 bilhões com a incorporação dos US\$ 4,6 bilhões da Inco. Com esse tamanho, a CVRD subiria 28 colocações no *ranking* das maiores empresas, passando da 102ª posição para o 74º lugar por receita entre as companhias abertas dos Estados Unidos e da América Latina, segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*. A empresa brasileira com a melhor colocação nesse levantamento é a Petrobrás, que ocupa a 15ª posição, com US\$ 68,47 bilhões. Mas a Vale pas-sou à frente de gigantes, como o McDonald's, a Bellsouth, a Goodyear e a Coca-Cola.

O presidente da Vale, Roger Agnelli, assegurou: "A aquisição beneficia todos os envolvidos, a Vale, os acionistas, funcionários e fornecedores da Inco, as províncias e comunidades no Canadá onde ela atua".

Mas se o negócio foi bom para todos esses personagens, foi mesmo bom para o Brasil? Em particular, foi bom para o Pará, detentor das duas – justamente as maiores – jazidas de níquel de propriedade da Vale em território brasileiro?

Ao que parece, essa é uma questão absolutamente secundária. Todos entraram no canto em uníssono da louvação, como se o que for bom para a Vale se torna, automaticamente, bom também para o Brasil – e não se fala mais nisso. Essa postura lembra a frase de Vasco Leitão da Cunha, ministro das relações exteriores do primeiro governo militar pós-64, o do marechal Castelo Branco: "O que é bom para os Estados Unidos, é bom para o Brasil", disse ele. A gentileza foi retribuída pelo presidente americano Richard Nixon: "Para onde o Brasil for, a América Latina irá atrás".

Mas nem o governo brasileiro imitou o canadense, submetendo os documentos da transação a uma verificação rigo-

rosa, nem a opinião pública foi ouvida ou cheirada, ao menos nos 14 Estados onde a companhia atua. O Pará, na pior das hipóteses, é o segundo mais importante do conjunto. Deverá crescer proporcionalmente mais do que Minas Gerais, que ainda é o primeiro.

Mas não em níquel. Nessa substância, a posição paraense já é preponderante. A Vale, que já era dona da jazida do Vermelho, comprou o Onça Puma, também em Carajás, no sul do Pará, de outra mineradora canadense, a Canico. Com essas duas minas e mais uma do Piauí, podia tornar o Brasil auto-suficiente nesse minério e ter alguma grandeza internacional. Cinco anos antes, esse era um setor com pouca capacidade de atrair investimentos. O que está havendo agora é uma mudança radical.

Para poder dar o salto para o primeiro lugar, a Vale precisou mudar de camisa. A área de níquel passa a ser competência da CVRD Inco. Não é de estranhar que a ex-estatal brasileira utilize o nome da empresa canadense, que tem uma marca estabelecida e conhecimento consolidado. Mas daí a manter sua sede em Toronto, Ontário, no Canadá, comandada por um diretor de operações e a maior parte da administração canadense, vai uma grande distância (e não é só geográfica).

Em matéria de níquel, para poder se tornar uma multinacional, a CVRD deixou de ser nacional. Pelo peso das minas, tornou-se, na verdade, canadense. Segundo suas projeções, a produção de níquel deverá alcançar 400 mil toneladas em 2011, sendo 300 mil toneladas no Canadá e 103 mil no Brasil, num mercado consumidor mundial estimado em 1,5 milhão de toneladas naquele ano. A produção da Inco para este ano é estimada em 250 mil toneladas.

É a partir dessa perspectiva que a CVRD vai administrar as jazidas de Carajás, que têm grande relevância nacional. Conseguirá combinar os dois planos? Ou será que, mais do que a camisa, mudou a bandeira? Agora, a presença internacional da empresa, que era de 2%, passará a ser de 30%, proporção inédita em relação a qualquer outra corporação privada brasileira.

Se a operação reafirma os aspectos positivos do estilo ousado de Roger Agnelli, disposto a passar de um extremo a outro tão rapidamente, também revela o outro lado desse modo de agir: o seu elevado grau de risco. O risco faz parte do negócio e ninguém conseguirá cres-

o Brasil também saiu ganhando?

cer, ao menos dessa forma, sem assumi-lo. O problema é: quantos sabem exatamente em que consiste esse risco? Numa iniciativa empreendida com tal rapidez e com tão pouco controle por parte do governo e da opinião pública brasileira, o que está faltando é exatamente o domínio sobre o verdadeiro enredo da ópera. Ou seu libreto integral.

As agências de risco e as instituições financeiras avalizaram o negócio, mas seus comunicados sugerem que o fizeram sob certas reservas e garantias. Irão bancar – e generosamente – a transação, mas provavelmente com uma compensação mais generosa (ou leonina).

Ao anunciar a compra, a Vale informou que possui uma linha comprometida de financiamento de dois anos com quatro grandes bancos: os suíços Credit Suisse e UBS, o holandês ABN AMRO e o espanhol Santander, que formaram um pool de instituições financeiras, dispostas a oferecer até US\$ 34 bilhões para a empresa brasileira utilizar.

O financiamento, de longo prazo, seria fechado nos próximos 18 meses. Mas deverá incluir poupança nacional. Para isso, o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) já está sendo chamado a comparecer. A Vale assegura que, além do aporte de

aproximadamente US\$ 2 bilhões do seu caixa, não venderá qualquer outro item do seu patrimônio para gerar mais dinheiro para não prejudicar o plano de investimentos que já definiu. Recorrerá mesmo a dinheiro alheio.

Mas logo em seguida à aquisição protocolou junto à Comissão de Valores Mobiliários pedido de registro de distribuição pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor de 5 bilhões de reais. O valor apurado com a colocação desses papéis será utilizado para amortizar parcialmente a dívida resultante do empréstimo-ponte com o grupo de bancos. Dessa maneira, a empresaria preservaria a "vida média" da sua dívida "em nível próximo ao registrado antes da aquisição das ações da Inco, a manutenção de um perfil de endividamento de baixo risco e a minimização do custo ponderado do capital, assegurando desta forma a consolidação de sua boa reputação nos mercados financeiros globais", segundo o comunicado distribuído na ocasião.

Esse é o ponto mais delicado para as agências de risco. A dívida da CVRD, que atualmente está próxima de seis bilhões de dólares, quadruplicará com a compra financiada da Inco. O valor cor-

responde a dois anos e meio de faturamento da empresa, considerando o resultado recorde do ano passado. A grande Companhia Vale do Rio Doce, de fato, entra numa nova fase da sua história de mais de 60 anos.

Um dos principais efeitos da incorporação da Inco é a redução da dependência da empresa dos produtos ferrosos, de 74% para 56% das suas receitas globais, prevenindo-se para uma possível queda de preços do minério de ferro no mercado internacional num momento em que o valor do níquel (que passará a responder por 20% do faturamento da empresa, em segundo lugar) chega ao ponto mais elevado em 20 anos, de quase US\$ 30 mil por tonelada (mil vezes o valor do minério de ferro), com a possibilidade de se manter nesse patamar por mais tempo. A Inco obteve o maior lucro da sua história, de US\$ 653 milhões, justamente no último trimestre, entre julho e setembro.

Com esse movimento, a presença internacional da CVRD cresce 30 vezes. Mas a empresa ingressa também num cenário de sombras, que só ela pode iluminar completamente. Mais uma vez, a sociedade foi surpreendida por esse movimento de cena. E ainda não se recuperou da surpresa.

Crédito curto

O campeão na eleição deste ano no Brasil foi Aécio Neves, do PSDB, que se reeleitou governador de Minas Gerais no 1º turno, com 77% dos votos válidos. Qual a razão do sucesso do sobrinho de Tancredo Neves (que, como o pai, se criou politicamente à sombra do tio)? Escolher as pessoas certas e deixar que elas trabalhem, fazendo o que sabem fazer. Graças a isso, Aécio pôde se dedicar a um eficiente serviço de relações públicas, aproveitando as qualidades da sua imagem.

Ana Júlia Carepa podia tomar o governador mineiro como exemplo. Numa inversão do que ocorreu com o candidato do partido de Aécio à presidência da República, ela perdeu todos os debates com Almir Gabriel; ainda assim, conseguiu se eleger. É de espantar que não tenha conseguido domar um leão que perdeu os dentes, como Almir. Ou, melhor comparando, um boxeador que voltou ao ringue, insensível às advertências do corpo enfraquecido (alguns bons médicos costumam ser pacientes irracionalmente teimosos). A cabeça parecia dar ordens ao candidato, mas

seus reflexos não podiam mais atendê-las. Mesmo assim, sua adversária não aproveitava essa lentidão. Pior ainda: expunha-se mais a golpes fatais do que o contendor. A fraqueza natural de Ana Júlia era maior do que os danos do envelhecimento de Almir Gabriel.

Uma parcela que votou nela agiu assim por considerar a opção disponível pior. Mas a legião de um milhão de eleitores (mais de um quarto do total, contra 18% no primeiro turno) que não foram votar no 2º turno serve de advertência sobre a fragilidade da delegação de poder que lhe foi conferida. Se não levar em conta essa condicionante, Ana Júlia pode se condenar a repetir, no plano estadual, a experiência de Edmilson Rodrigues, que não fez seu sucessor, teve uma votação insignificante como candidato ao governo pelo PSOL e criou um estigma sobre o PT na capital.

Boa parte do futuro do novo governo vai depender da primeira decisão que Ana Júlia precisará tomar: a formação de sua equipe. Conforme a apresentar, ela não terá direito a um novo crédito. Gastará tudo com uma primeira decisão desastrosa.

Sem prova

A Companhia Vale do Rio Doce afirmou e reafirmou que cumpre integralmente o acordo assinado com os índios Xikrin. Mas considera que esse não é um documento público. Por isso, quando instada a apresentar a prova dos nove, recusou.

Por essas e outras, a empresa é acusada de arrogante. Não gosta. Mas não prova que não é.

Foi-se o livreiro (o Dudu ficou)

Eram duas quadras mágicas – para quem gostava de ler – aquelas duas da Travessa Campos Sales, entre Manoel Barata e João Alfredo, ali por meados da década de 60. Na parte de baixo, a Livraria (antiga Agência) Martins nos oferecia a atualidade. “Seu” Gama encomendava catálogos completos de boas editoras, como a Zahar e a Civilização Brasileira, 10 exemplares de cada livro. Ele queria que subíssemos ao andar de cima para “ver as preciosidades”. Prudentemente, porém, pedíamos que as fizesse baixar ao grande salão, entupido de lançamentos, campo aberto adequado contra eventual acidente indesejado de canto escuro.

Mais acima, era o sebo do Dudu, quase em frente à (então) Biblioteca e Arquivo Público do Pará, tendo em um dos lados o edifício Justo Chermont e do outro a capela da família Pombo, centro de um dos mais belos conjuntos arquitetônicos da cidade, hoje descaracterizado e em ruínas.

A primeira vez que entrei na Livraria Econômica, de Eduardo Failache, foi aos 13 anos. Saí sobraçando almanaques portugueses do Porto e Bertrand, que forneciam munição para minhas garatujas pré-jornalísticas. Voltaria muitas outras vezes para exaurir esse estoque de curiosidades e informações supostamente inúteis. Mas nem tanto: vários dos episódios e “causos” desses almanaques serviram de “inspiração” – veja só – para Guimarães Rosa. Tenho-os anotados em algum lugar para o ensaio menor que um dia espero escrever sobre o magnífico autor de *Grande Sertão: Veredas*.

Ao longo de 30 anos devo ter retira-

do do tugúrio de Dudu não menos de quatro mil volumes, ora pagando uma pechincha, ora deixando meu sangue, na forma de cheques pré-datados, a vencer ao longo de meses de trabalho correspondente. A negociação às vezes era dura, quase degenerando em combate aberto. Mas quando a tensão nos lances do leilão a dois ameaçava comprometer a bela amizade de tanto tempo, eu me retirava, esperando que os fados soprassem em meu favor na queda de braço (na verdade, de cifrões) com o possuidor do objeto do meu desejo.

Para minha sorte, durante a maior parte desses anos fui vizinho do Dudu. Primeiro quando trabalhei em *A Província do Pará*, em vários períodos descontínuos entre 1966 e 1991 (“passando a chuva em Belém”, como observava a dona Ruth Sampaio, inquieta com meus hábitos ciganos). Depois, ao longo de 13 anos, como ocupante de um dos escritórios do “Justo Chermont”, base operacional de *O Estado de S. Paulo*.

Quando achava que estava sendo ameaçado de esfolamento em vida pelo livreiro cruel, me recolhia ao meu posto. E quando algum atropelo profissional me incomodava, ia espaiar entre as prateleiras empoeiradas daquele lugar um tanto medieval no seu jogo de sombras e, na figura daquele senhor rotundo, a quem o bigode recurvo salientava o tom irônico dos olhos, a finura das observações bem humoradas ou o fio de aço com que se ar-

mava para terçar armas pelo preço da compra e venda.

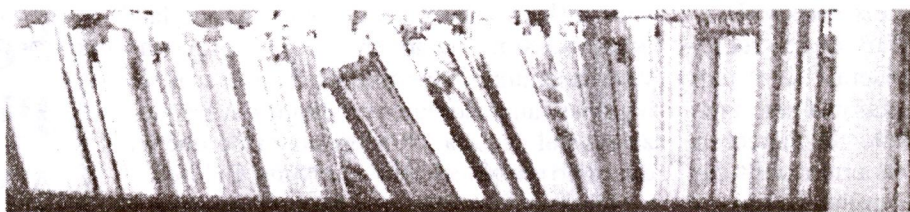
Dudu foi o maior e mais lídimo – como diria? – seboso, livreiro, alfarrabista, mercador, tutor de livros do Pará. Foi um privilégio lidar com ele ao longo de tantos anos, seja como cliente, amigo, aprendiz ou oponente. Por isso, avisado em cima da hora de sua morte, no dia 24, saí chispado de uma palestra para o cemitério de Santa Izabel. Não podia deixar de me juntar aos familiares, que lhe davam o último adeus. Dudu não resistira a dois enfartes sucessivos que sofrera na véspera. Mas, conforme mereceu, não sofreu.

No dia 13, completara 92 anos com um daqueles eventos que ele gostava de patrocinar e acompanhar à distância, divertido e satisfeito, rejuvenescido, por ter ao redor as pessoas das quais gostava e que bem lhe queriam, dentre as quais a última, Vera, se tornou a primeira, sempre uma companheira fiel, atenta e solícita.

Irmãos, filhos, netos, certamente bisnetos, todos estavam ali quando o cozeiro lhe aprontou a morada final. Como cheguei um tanto em cima da hora, não posso dizer se Dudu se foi levando um livro precioso debaixo do braço. Mas se levou, conforme é bem provável, a esta altura já juntou uns bons trocados em seu novo domicílio. Mais do que qualquer outro, podia conseguir o máximo do comprador se, na hora de fechar o negócio, não acabasse dando um belo desconto para que o livro fosse parar na mão certa. Se ele não

chegava a ler o volume, do seu conteúdo saberia ouvindo quem o levasse. Fosse quem fosse, virava seu amigo.

Eduardo Failache, afinal, acima de tudo, era um homem bom.



CARTAS

Solidariedade

A defesa dos nossos interesses (amazônidas) devia ser resguardada sempre. Lutar por estes direitos é uma das coisas que mais vemos sua figura pública fazer, os defendendo com hombridade e, sem dúvida, com sobriedade invejável a qualquer crítico que a região Norte possa ter. Me entristeço com a notícia, mas ainda acredito que haverá es-

paço para a lucidez em nossa Justiça, míope, mas que não considero completamente cega, a ponto de deixar impune tal descompasso perante os nossos olhos. Mantenha-se sempre na luta. Seus amigos jornalistas sempre lhe apóiam.

Glauco Melo
(estudante de jornalismo)

Personalidade

Quero cumprimentá-lo pela inclusão, na edição nº 377 do apreciado **Jornal**

Pessoal, da foto do meu irmão, Dom Alberto Ramos, com o Prof. Paulo Maranhão, o jornalista que nunca se curvou aos poderosos. Manter a “memória” de nossa terra é uma obra meritória. Não podemos esquecer as personalidades que ajudaram a construí-la. Por isso você foi citado mais de uma vez no livro *Dom Alberto - O Pastor da Amazônia*, que estarei lançando em dezembro próximo.

José Ramos

Aniversário

Escrevo esta carta com certo atraso, mas antes tarde do que nunca, para parabenizá-lo pelo seu aniversário e pelo aniversário do **JP**. Esperamos, eu e meus alunos, que essas datas se repitam por longos anos para que possamos, aqui dos confins amazônicos, aprender cada vez mais sobre nossa região através de você e seu **JP**. Vida longa a você e ao **Jornal Pessoal**.

Alex Ruffeil
Belterra – Pará

O jornalismo de campanha pode chegar ao fim no Pará?

Até o 1º turno o grupo Liberal, mesmo apoiando o PSDB, manteve uma aparência de equilíbrio. Fustigava Ana Júlia, mas não sistematicamente. Levantava a bandeira de Geraldo Alckmin, mas não fulminava Lula. Os Maiorana pareciam convencidos, à semelhança dos tucanos de alta plumagem, que a eleição seria decidida já no primeiro confronto, sem muito esforço.

Frustrada essa expectativa, voltaram à agressiva posição de campanha de 1990, quando declararam guerra aberta e total a Jader Barbalho e usaram todos os recursos possíveis em favor de Sahid Xerfan, o oponente do peemedebista na disputa pelo governo do Estado. Não fizeram qualquer esforço para mascarar essa beligerância com algum escrúpulo jornalístico.

Em 1990, como agora, os Maiorana perderam a guerra. O episódio pode ter desdobramentos imediatos ou mais demorados. A tendenciosidade das Organizações Romulo Maiorana não apenas se nivelou à parcialidade do grupo RBA, de propriedade de Jader: desta vez, a superou.

Esse é um dado extremamente grave. Os veículos de comunicação do deputado federal do PMDB têm frustrado as tentativas de profissionalização, sem a qual jamais alcançarão a plena credibilidade, pelas constantes recaídas em partidarismo durante o período eleitoral. A condição política do dono compromete a razão de ser da empresa jornalística.

Mesmo que nenhum dos Maiorana seja político, por decisão própria ou contingência superior (Ronaldo e Romulo Júnior tentaram sem êxito essa opção), seus veículos de comunicação se comportaram nesta eleição ainda pior do que em 1990. Era natural e até desejável que fizessem uma opção eleitoral, como qualquer órgão da imprensa o faz em qualquer lugar do mundo: na página editorial. Ou, mesmo em outro lugar, num favorecimento sutil, atenuando-o para não comprometer o que é fundamental e indispensável numa empresa jornalística: não sacrificar os fatos, a informação.

Ao longo da campanha para o 2º turno, *O Liberal* evoluiu (ou involuiu, conforme a ótica) para um paroxismo de parcialidade, de unilateralidade, de completo desequilíbrio. No dia da nova eleição, a manchete do jornal destacava o

empate técnico entre os dois candidatos ao governo, segundo pesquisa do Ibope, colocando em segundo plano a vantagem de dois pontos de Ana Júlia sobre Almir Gabriel.

O material reforçava essa intenção ao comparar o resultado da última pesquisa Ibope com a polêmica sondagem anterior do instituto, que dera 53% para a petista e 43% para o tucano. A conclusão do título de primeira página: "Ana Júlia cai, Almir sobe". E o primor de manipulação da informação: pela angulação da ilustração, mesmo estando dois pontos atrás, Almir aparecia à frente da competidora.

A edição do dia 29, com o dobro da tiragem dos dias de semana, fazia tudo que estava ao seu alcance para convencer o leitor de que Almir Gabriel revertia a tendência e iria vencer o 2º turno (o que parece ter sido o propósito da última pesquisa, desconexa em relação à anterior). Para não perder seu voto, o eleitor tinha que votar no ex-governador novamente. Manchetes, notícias e reportagens caminhavam em uníssono nessa direção, ignorando completamente os mais elementares critérios editoriais de tratamento da informação e as mais simples regras éticas no trato dos fatos – e no respeito à opinião pública.

Se pudesse, *O Liberal* viraria a mesa e daria um golpe político para evitar que a vontade do povo se consumasse. O jornal precisava desesperadamente de uma vitória do homem que, em 1995, pôs em prática uma relação nunca antes registrada entre o poder público e uma empresa jornalística.

Através de um convênio, dessa forma escamoteando a necessidade de licitação pública, que se imporia ao contrato, o governo obrigou sua Fundação de Telecomunicações, responsável pelas emissoras Cultura de rádio e televisão, a desnaturar sua razão de ser e cometer um ato lesivo ao interesse público.

A Funtelpa teve que ceder à TV Liberal sua rede de retransmissão de sinal de televisão, montada para levar uma programação cultural (que não é comercial) ao vasto interior do Estado, cumprindo assim uma função pública; e, além de veicular a programação da Rede Globo, retransmitida pela TV Liberal, pagar à emissora particular por essa cessão. Nada de tão abusivo foi concebido e aplicado no setor, mantendo-se até hoje.

Todo mês a TV dos Maiorana receberia 300 mil reais por essa insólita parceria (valor que, reajustado e atualizado ao longo desses 11 anos, já deve ter passado do total de 40 milhões de reais). Aprofundada e amiudada a relação, mensalmente algo entre 1,5 milhão e 2 milhões de reais, por diferentes vias, saem dos cofres do erário para o caixa do grupo.

Não surpreende – mas ainda assim choca – ver a poderosa corporação abrir mão de todos os escrúpulos profissionais para se engajar na campanha eleitoral de um candidato que lhe foi tão generoso, engrossando um partido político que lhe fez a vontade. E lixando-se para o distinto público, para os fatos, para a informação, para a verdade.

Assim, a contraposição do grupo Liberal ao grupo RBA foi muito além de manter o equilíbrio entre os confrontantes políticos. Significou uma autêntica sabotagem à candidatura de Ana Júlia, que até então era interlocutora constante do mais novo dos Maiorana, justamente o responsável pela redação, Ronaldo, e contava com certa boa vontade da "casa". A mudança brusca de tratamento representou uma verdadeira declaração de guerra. Brusca e unilateral.

Vitoriosa, tendo ao lado o grupo de comunicação de Jader Barbalho, a nova governadora irá retaliar os Maiorana, que tudo fizeram para derrotá-la? É o que alguns dos seus correligionários desejam e garantem que ela fará. Quando Edmilson Rodrigues, então também no PT, derrotou o candidato apoiado pelo grupo Liberal à prefeitura de Belém, Ramiro Bentes, ele próprio anunciou, reiteradas vezes, que o poderoso grupo de comunicação iria pagar caro por sua arrogância. Chegou a organizar um comício em frente à sede do jornal para dizer diatribes contra os Maiorana e mandou seu secretário de finanças (o atual desembargador Geraldo Corrêa Lima) iniciar uma devassa contra a empresa.

Logo voltou atrás. E foi além de todas as expectativas na reversão: patrocinou a venda de um vídeo de uma campanha comercial do grupo Liberal, algo também inédito na relação – freqüentemente promíscua – entre governo e empresa jornalística. Nem assim Edmilson conseguiu eliminar a

CONTINUA NA PÁG 10

antipatia que os Maiores lhe dedicavam, ainda quando brindassem a parceria temerária.

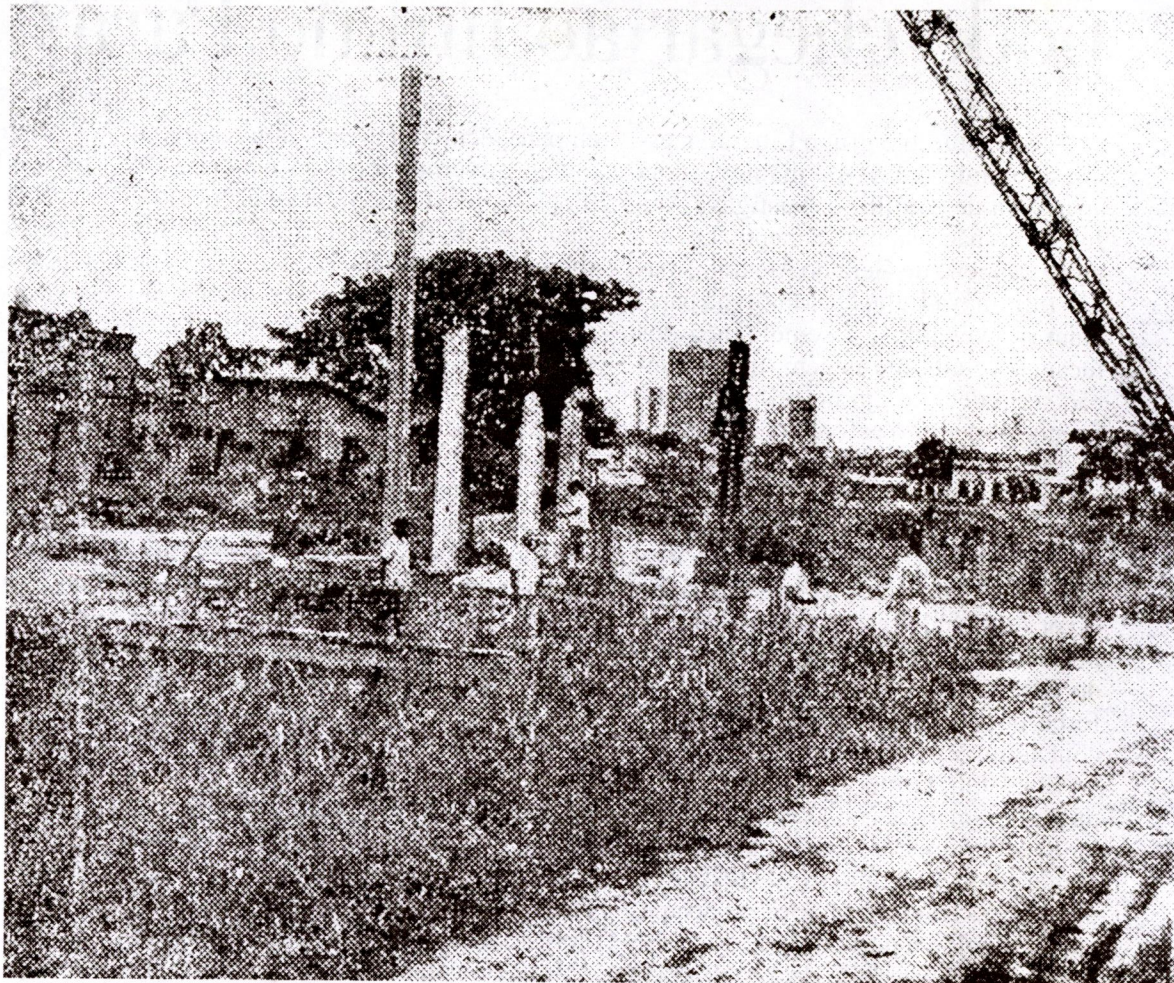
O comprometimento do grupo Liberal ultrapassou todos os limites da ética, da decência e do profissionalismo. Ainda assim, uma represália vingativa ou um facciosismo do governo do PT em favor do grupo RBA diminuirá e aviltará a gestão de Ana Júlia. Pondo fim a essa parceria danosa, ela podia também inovar, adotando um padrão sério e em favor da sociedade no trato com os grupos locais de comunicação.

Em matéria de jornalismo impresso, por exemplo, podia comprar uma cota de exemplares de um jornal diário de cada grupo para distribuir como leitura em sala de aula aos estudantes da rede pública de ensino médio e superior. Formar leitores de jornal é uma tarefa pedagógica e cívica importante.

Mas para fazer a aquisição, proporcional ao universo a ser atendido, o governo devia exigir dos pretendentes que se filiassem ao IVC, atestando sua circulação (a compra seguiria a proporcionalidade da tiragem); que fossem sociedades anônimas de capital aberto, oferecendo ações ao público em cada aumento de capital, sem que os donos perdessem o controle acionário; que criassem um conselho de redação, com a participação de leitores, como entidade de consultoria editorial; que adotassem a figura do ombudsman, para regular a relação com o público; e que indicassem seus representantes, obrigatoriamente jornalistas, para debater periodicamente o conteúdo de suas edições com os estudantes.

Talvez assim se obrigassem a respeitar sua missão, que é fazer jornalismo, sempre que se vissem tentados a servir-se do jornalismo para atender exclusivamente seus interesses pessoais e comerciais. O governo, enquanto representante da sociedade, não precisaria se comportar como macaco em loja de louça para lembrar esse respeito, imiscuindo-se no negócio privado, como é a tentação dos que defendem o projeto de criação do Conselho Nacional de Jornalismo. Mas não cederia seus favores para a perpetração dos abusos que se viu nesta eleição. Todos ganhariam com isso, até aqueles que, por problema de personalidade, só querem ganhar – e sempre sozinhos, o máximo, o inaceitável.

MEMORIA DO



FOTOGRAFIA

Canal da Tamandaré

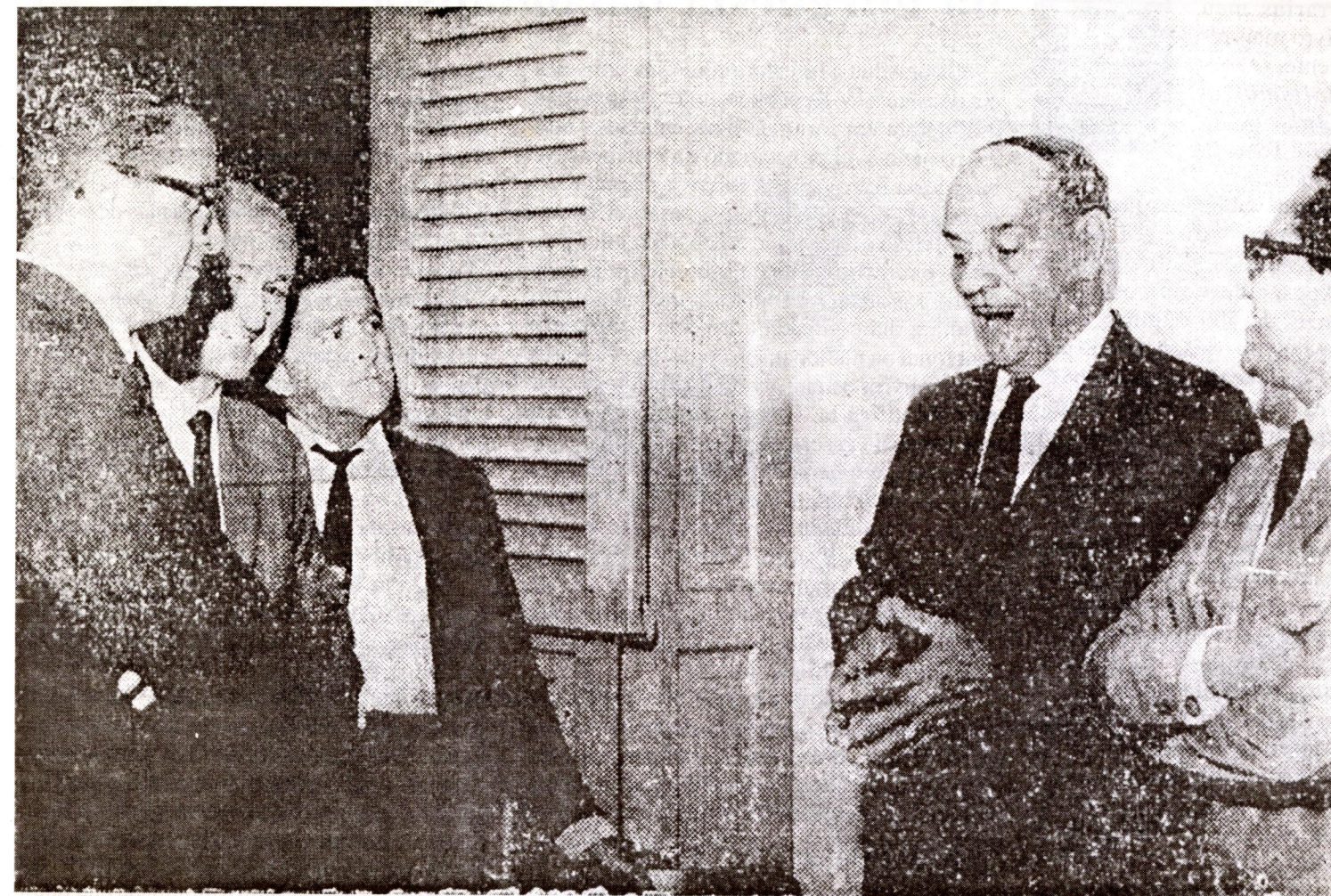
Há 40 anos, em 1966, o DNOS (Departamento Nacional de Obras de Saneamento) iniciou a construção de pontes de concreto para substituir as de madeira sobre o canal da avenida Tamandaré, dando início à concretagem do antigo igarapé e a pavimentação das duas vias laterais. A paisagem sofreria uma transformação radical: a vegetação, incluindo o mato rasteiro, seria completamente eliminada e as casas de madeira desapareceriam. O que era um típico subúrbio belenense se transformou em centro urbano. Sem marca própria.

Ziguezagues da política

Uma fotografia rara e exemplificativa da política do Pará, ontem como hoje. Documenta a primeira visita que o então senador Alexandre Zacharias de Assumpção fez, em agosto de 1966, à sede da Aliança Renovadora Nacional (a Arena, partido do regime militar, sucedido pelo PDS e o atual PP). O carioca Assumpção chegara ao Pará como general (depois marechal, patente extinta no Exército), depois da Segunda Guerra Mundial. Comandou profissionalmente a região militar até o dia em que chamou o coronel Magalhães Barata ao seu gabinete, escondeu seus inimigos atrás de uma cortina e o humilhou, aos berros.

Indo para a reserva, Assumpção se elegeu governador do Estado, em 1950, por uma coligação anti-baratista. Prosseguiu sua carreira política como senador, ainda pela oposição a Barata. Mas em 1965 foi derrotado na disputa pelo governo, com o apoio dos antigos inimigos, que tentavam ressuscitar o PSD. O eleito foi um político do novo regime militar, o tenente-coronel Alacid Nunes, apoiado pelo governador de então, o coronel Jarbas Passarinho. Menos de um ano depois, Assumpção pulou para o lado dos adversários, pretendendo ser deputado federal. Na sua estréia na Arena, foi recebido pelo próprio Passarinho, pelo então senador Gabriel Hermes Filho e pelo deputado estadual Gerson Peres, o único a ainda permanecer em atividade, agora eleito deputado federal.

COTIDIANO



PROPAGANDA

A indústria local

Nélson Souza foi um dos mais exemplares espécimes de empresário que surgiram na era do populismo pós-Estado Novo. Contando com a colaboração do poder público e tirando partido do isolamento do Pará, esse industrial não precisava aplicar muito capital próprio (na verdade, precisava pouco, graças ao subsídio estatal) e estava ao largo da concorrência da grande indústria nacional, dispondo de um pequeno mas cativo mercado. A Olpasa (Óleos do Pará) foi uma de suas criações. Produzia óleo comestível a partir de matéria prima de fora (embora se dispusesse a substituí-la pelo sucedâneo local). Este anúncio do óleo de coco Dora é de 1967, produzido pela Mercúrio. Procurava valorizar a marca, mesmo que ela não fosse tão conhecida. Nélson Souza ainda sobreviveu à mudança de governo, de regime político e de política econômica. Mas não por muito tempo: o império nascente logo ruiria. As indústrias locais, germinadas no solo generoso dos incentivos fiscais da SPVEA (mantidos e ampliados, mas noutra direção, por sua sucessora, a Sudam), para produzir internamente o que era importado, feneceram rapidamente sem a fertilização artificial de que dispunham.



Se não houvesse outras boas razões para V. preferir o óleo dora, bastaria esta:

é um produto da olpasa!

Não é de hoje que V. conhece Óleo DORA.

Graças a ele V. já recebeu inúmeros elogios por seus pratos saborosos.

E com DORA V. gasta menos, porque DORA rende pra valer.

A venda no seu fornecedor



OLPASA

NOVO LIVRO

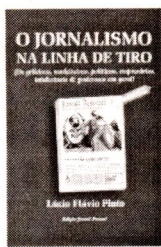
Já está nas bancas e livrarias meu livro mais recente, *O Jornalismo na Linha de Tiro*. Tem um pouco do primeiro volume, o prometido segundo volume e alguns acréscimos e atualizações. Apesar de volumoso, com mais de 500 páginas, custa apenas 30 reais, o mesmo preço do anterior, com 300 páginas. Graças ao apoio de amigos de fé, pude baratear o preço para que os compradores do livro anterior (apresentado como primeiro volume) não se sintam prejudicados e para que mais leitores possam ter acesso a momentos relevantes da história recente do Pará. Entre os documentos que introduzi agora está a carta que escrevi a Romulo Maiorana quando do nosso rompimento, em 1986, e a Hélio Gueiros, antes e depois de ele ser governador do Pará (1987-1991).

Pretendo usar o livro como abre-alas para debates a respeito do seu conteúdo nos lugares que se dispuserem a abrigar o seu lançamento. Pode ser um bom momento para avaliações críticas e revisão de mitos às vezes apresentados como verdades.

CURIOSIDADE

Rio Grande do Sul e Pará, em dois extremos do país, já estiveram próximos algumas vezes. Em 1835, por exemplo, irromperam em seus territórios as duas mais expressivas insurreições populares no início do império brasileiro: a Cabanagem aqui e a Farroupilha lá.

Mais de um século e meio depois, uma nova circunstância histórica, sem a grandeza e a dramaticidade anterior: ambos os Estados elegeram as duas novas governadoras mulheres do Brasil (a outra, Vilma de Faria, no Rio Grande do Norte, foi reeleita) e as primeiras representantes femininas a chegarem à chefia dos seus executivos estaduais.



O fim do charme discreto da burguesia nacionalista

Os brasileiros que formaram sua consciência durante a IV República, entre 1946 e 1964, gravitaram em torno de duas entidades míticas: o inelutável proletariado e a indispensável burguesia nacional. As forças agrupadas em torno dos dois personagens variaram entre a conciliação e a reforma, como realidades políticas, e a revolução, como utopia quimérica. Como o proletariado era força de longo prazo, no dia a dia competia lidar com a burguesia (nacional ou nacionalista, conforme a ênfase).

Nos livros e manuais era relativamente simples identificá-la. Grande parte da esquerda, que produzia esses conceitos, raciocinava por esquemas, em geral importados. Propunha-se um país ideal independentemente do país que existia. A realidade não importava tanto quanto a sua racionalização. O burguês era um tauturgo, uma figura seminal difusa no ar. Vê-lo em carne e osso era difícil. Mas se havia o burguês progressista, seu nome era o do paulista Fernando Gasparian.

Ele morreu no dia 6, mas seus apressados obituários não fizeram justiça ao que fez e ao que representou nas teorizações de conciliadores, reformistas e revolucionários. Gasparian ganhou bastante dinheiro e podia ter deixado de lado as idéias que desenvolveu, as mais primitivas discutidas com dois importantes amigos desde a juventude no interior de São Paulo, Fernandos como ele: Henrique Cardoso e Pedreira.

FHC, o mais bem sucedido como intelectual, foi também o que mais alto chegou às escadarias do poder. Pedreira trocou a trincheira jornalística pelo governo, não resistindo ao canto de sereia de FHC, que lhe ofereceu um emprego de alto nível em Paris.

Gasparian foi o único que combinou esses dois elementos a outro, que faltou aos amigos: o de empresário. Chegou ao máximo, com sua América Fabril, uma indústria de tecidos, quando João Goulart foi presidente da república. Seguiu-o no declínio. Perseguido pelos novos

donos do poder, passou um tempo dedicado a atividades acadêmicas na Inglaterra. Retornou ao Brasil convencido de realizar o projeto de criar um periódico independente, democrático e ativo, conforme modelos europeus inspirados em alguns dos melhores jornais de esquerda ou liberais do continente.

Desse compromisso surgiu *Opinião*, em 1972, em pleno governo Médici, o mais violento do período militar. *Opinião* foi o mais bem sucedido empreendimento da imprensa alternativa, embora prejudicado por alguns erros de concepção, que subestimaram o ânimo represor do regime. A afiada tesoura da censura, que começou a agir no número 9 e se tornou devastadora a partir da 23ª edição, desfazia o empenho da redação. Mas as dissensões internas também prejudicaram o semanário.

Quando a equipe liderada por Raimundo Rodrigues Pereira se retirou, por não conseguir acertar-se com o dono, Fernando Gasparian chamou Argemiro Ferreira para ser o editor. *Opinião* perdeu muito em qualidade informativa, na capacidade de acompanhar os acontecimentos, mas ganhou densidade analítica. Tornou-se parecido às publicações européias nas quais Gasparian se inspirou. Infelizmente, porém, o Brasil não era a Europa e o jornal não resistiu à sabotagem do governo. Mas morreu, em 1977, depois de 231 edições, com a dignidade que faltou aos últimos dias do *Pasquim*, a publicação alternativa de maior sucesso.

Gasparian perdeu a batalha, mas não desistiu da guerra. Voltou ao front cultural através de outros periódicos, como *Argumento*, e se tornou editor de livros, comprando as editoras Saga e Paz e Terra e dando-lhes uma linha editorial de alto nível. Não visava apenas negócios: queria espalhar idéias, defender proposições, assumir uma posição pública, a da lendária burguesia nacionalista. Tentou até o fim. Merecia acompanhamento melhor à sua última morada.

Ambas tiveram percentuais parecidos (Ana Júlia Carepa com 54,93% e Yeda Crusius com 53,94%), assim como seus adversários (Almir Gabriel com 45,07% e Olívio Dutra com 46,06%). Enquanto Yeda Crusius, do PSDB, consolidou a derrota do PT no Rio Grande, que começou com a perda da prefeitura de Porto Alegre (tomada exatamente pelo derrotado Dutra), depois de 16 anos de vitórias, Ana Júlia pôs fim ao império dos tuanos no Pará.

Parece haver certa lógica nos dois fenômenos: é quando se aproximam que os dois Estados tão distantes mostram como são distintos.

AVISO

Esta edição traz memórias do cotidiano reduzidas em função do material sobre a eleição, fechado a todo vapor para que o jornal chegue aos leitores antes do feriado. No próximo número a seção deverá sair normalizada.

Jornal Pessoal

Editor:

Lúcio Flávio Pinto

Edição de Arte:

L. A. de Faria Pinto

Contato:

Tv. Benjamin Constant

845/203/66.053-040

Fones:

(091) 3241-7626

E-mail:

jornal@amazon.com.br